REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS
ANO FISCAL DE 2013

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

ANO FISCAL DE 2013

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO

Prefácio

O Relatório Financeiro do Director-Geral do Tesouro relativo ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) para o Ano Financeiro de 2013 foi preparado de acordo com o artigo 32.º e com a alínea b) do número 1 do artigo 45.º da Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira, Lei n.º 13 /2009, de 21 de Outubro. Este é o terceiro relatório do FDCH apresentado pelo Tesouro.

Os dados compilados e apresentados neste relatório visam fornecer informações fiáveis, significativas e úteis ao Parlamento Nacional, ao povo da República Democrática de Timor-Leste e a outros utilizadores interessados.

O relatório inclui as Demonstrações Financeiras Anuais auditadas, em conformidade com os princípios de contabilidade do setor público segundo o Método de Caixa, bem como demonstrações suplementares preparadas de acordo com a dotação final.

Tenho a honra de apresentar aos ilustres Deputados o Relatório e Contas do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano para o Ano Financeiro de 2013.

Emília Pires

Ministra das Finanças

Índice

Relatório do Director-Geral do Tesouro 5

Declaração de Responsabilidades do Ministério das Finanças 9

Relatório do Auditor Independente 11

Demonstração de Receitas e Pagamentos em Dinheiro 13

Notas às Demonstrações Financeiras 14

Demonstrações Suplementares Não Auditadas 20

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Informações Gerais

PARA O PERÍODO QUE TERMINOU A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Conselho de Administração:

- Primeiro-Ministro	S. Exa. Sr. Rala Xanana Gusmão
- Ministra das Finanças	S. Exa. Sra. Emília Pires
- Ministro da Justiça	S. Exa. Sr. Dionísio Babo
- Ministro da Educação	S. Exa. Sr. Bendito Freitas
- Ministro dos Recursos Naturais	S. Exa. Sr. Alfredo Pires
- Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego	S. Exa. Sr. Ilídio Pereira
Director-Geral do Tesouro	Sr. Agostinho Castro

Ministério da Educação – Apoio técnico e administrativo:

- Secretariado Técnico	Sr. Alberto X. P. Carlos
Banco	Banco Central de Timor Leste
Auditor Independente	Deloitte

RELATÓRIO DO DIRECTOR-GERAL DO TESOURO

Política Contabilística

1. Base de preparação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o Método de Caixa das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público ("Método de Caixa NICSP"), em conformidade com a Parte 1 dessas Normas.

2. Reporte Financeiro segundo o Método de Caixa

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) foi estabelecido em Março de 2011 nos termos do artigo 32.º da Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira. As receitas, rendimentos e lucros destes fundos não são transferidos para o Fundo Consolidado no final do ano, sendo ao invés retidos pelos fundos de modo a que estes possam cumprir a sua finalidade. Só são feitas transferências de dinheiro do Fundo Consolidado para o FDCH quando necessário e de acordo com o montante total aprovado pelo Parlamento. Isto visa optimizar a gestão de dinheiro e minimizar transferências de dinheiro a partir do Fundo Petrolífero, de modo a beneficiar dos juros mais elevados que o Fundo Petrolífero pode gerar. De acordo com a legislação atual, o Ministério das Finanças é responsável por gerir e controlar os fundos.

A alínea 5) do número 1 do artigo 45.º da Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira estabelece que o Ministério das Finanças deverá submeter um conjunto de demonstrações financeiras consolidadas auditadas compilado pelo Tesouro, consistente com as normas internacionais de contabilidade. O número 1 do artigo 43.º da mesma Lei estabelece que os registos contabilísticos devem ser mantidos segundo a classificação de método de caixa. Deste modo as presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas segundo o Método de Caixa NICSP.

3. Reporte Financeiro segundo a Dotação Orçamental

As Demonstrações Financeiras Suplementares refletem a execução orçamental cobrada contra as dotações e consistem em transações para o ano que terminou a 31 de Dezembro de 2013.

Os saldos de dotações no final de cada ano financeiro são retidos na conta oficial do Fundo e transportados para o ano seguinte.

4. Estimativas de Despesas Orçamentais

O Orçamento para o Ano Financeiro de 2013 foi aprovado a 18 de Fevereiro de 2013 e promulgado a 28 de Fevereiro de 2013, através da Lei n.º 2/2013, de 1 de Março, Lei do Orçamento Geral do Estado para 2013.

Os detalhes das alterações nos saldos de dotações são os seguintes:

Tabela 1

Dotações transportadas a partir do Ano Anterior - Líquidas (milhares de dólares)	Dotações Originais – Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano AF de 2013 (milhares de dólares)	Dotações Finais AF de 2013 (milhares de dólares)
8.549	33.899	42.448

Em 2013 foram transportadas dotações do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano não utilizadas em 2012 no valor de 8,5 milhões de dólares. Esta transferência é aprovada pelo Parlamento, uma vez que o fundo é plurianual.

Este montante foi adicionado ao Orçamento para 2013 de 33,9 milhões de dólares, perfazendo um montante de dotação no Orçamento Final de 42,4 milhões.

Os saldos nas Demonstrações Suplementares não auditadas foram ajustados segundo os totais das Divisões de modo a indicar os movimentos acima durante 2013.

Tabela 2

Programas	Dotações Originais AF de 2013 (milhares de dólares)	Redistribuições (milhares de dólares)	Dotações Finais AF de 2013 (milhares de dólares)
Formação Profissional	4.843	-	4.843
Formação Técnica	3.100	-	3.100
Bolsas de Estudo	23.260	-	23.260
Outros Tipos de Formação	11.245	-	11.245
Total	**42.448**	**-**	**42.448**

Execução Orçamental

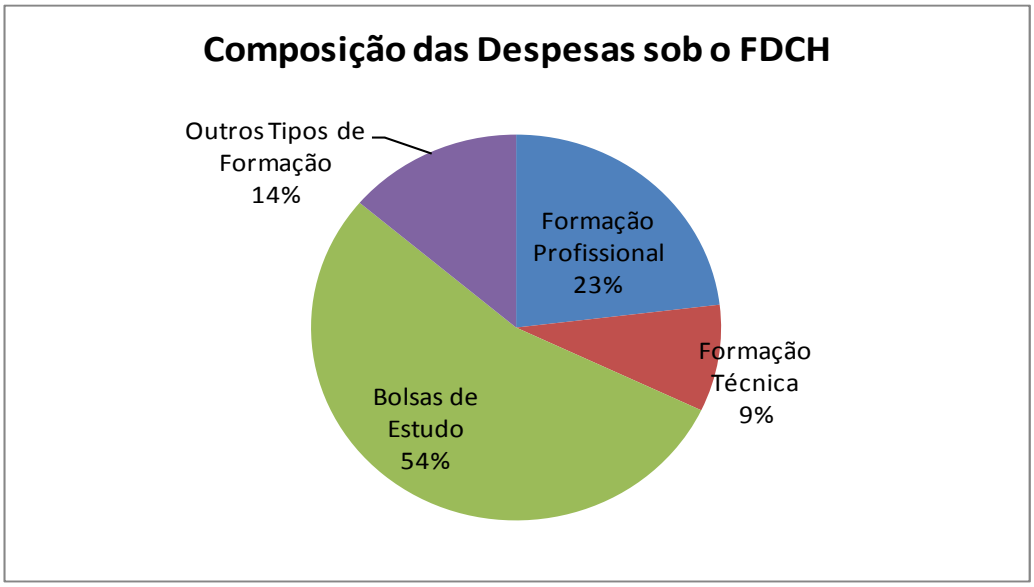
1. Execução Orçamental Global

As receitas e despesas concretas para o Ano Financeiro de 2013 são indicadas segundo o Método de Caixa Pleno, o qual exige que somente as receitas recebidas e as despesas pagas pelo Fundo até 31 de Dezembro de 2013 sejam registadas e reportadas.

	Dotação transportadas segundo o Jornal da República A (milhares de dólares)	Dotações Originais 2013 B (milhares de dólares)	Dotações Finais D=B+C (milhares de dólares)	Concreto E (milhares de dólares)	Percentagem de Execução das Despesas F=E/D %
RECEITAS					
Dotações do Orçamento Geral do Estado	8.549	33.899	42.448	30.000	
menos Impostos de Retenção				(318)	
Total das Receitas	**8.549**	**33.899**	**42.448**	**(29.682**	
DESPESAS					
Formação Profissional	593	4.250	4.843	7.968	*165%*
Formação Técnica	-	3.100	3.100	3.098	*100%*
Bolsas de Estudo	6.398	16.862	23.260	18.674	*80%*
Outros Tipos de Formação	1.558	9.687	11.245	4.749	*42%*
Total das Despesas	**8.549**	**33.899**	**42.899**	**34.489**	***81%***

Tal como orçamentado houve um apoio de financiamento total, porém foram utilizados 81% do montante orçamentado. Esta utilização ficou a dever-se sobretudo à elevada utilização a nível de Formação Profissional, a qual ultrapassou em muito os seus alvos orçamentais, e de formação técnica, que correspondeu ao orçamento. Todavia a Formação Profissional registou apenas 80% de utilização orçamental e os Outros tipos de formação tiveram também uma execução baixa, nomeadamente de 42%. Ainda assim, conseguiu-se uma utilização global de 81%, o que ficou ligeiramente aquém dos 88% registados em 2012.

De seguida indica-se a composição das despesas segundo os diversos tipos de formação. As Bolsas de Estudo constituem a maior percentagem das despesas totais, seguidas da Formação Profissional e de Outros Tipos de Formação.



Saldo de Dinheiro

A 31 de Dezembro de 2013 havia um saldo de 1,4 milhões de dólares, representando dinheiro e equivalentes a dinheiro mantidos no Banco Central de Timor-Leste, bem como avanços e receitas em períodos posteriores.

(Valores em milhares de dólares)

Saldo de Dinheiro em:		
	31 Dez 2013	**31 Dez 2012**
Saldo de Dinheiro no Banco Central de Timor-Leste	1.256	5.775
Avanços de Dinheiro e Receitas em períodos posteriores relativos ao ano actual	95	31
Total	1.351	5.806

Conclusão

No geral, 2013 registou um ligeiro declínio na execução das Dotações Orçamentais. A execução a nível da Formação Profissional foi superior ao esperado. É necessário continuar a melhorar a área da Formação Técnica, a qual tem apresentado consistentemente valores abaixo dos alvos estabelecidos.

Declaração de responsabilidades do Ministério das Finanças relativamente à preparação e aprovação das Demonstrações Financeiras para o ano que terminou a 31 de Dezembro de 2013

A declaração seguinte, que deve ser lida em conjunto com as responsabilidades do auditor independente indicadas no relatório do auditor independente, tem por objetivo distinguir as responsabilidades respetivas do Ministério das Finanças e dos auditores independentes relativamente às Demonstrações Financeiras do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano de Timor-Leste.

O Ministério das Finanças é responsável por preparar e apresentar devidamente as Demonstrações Financeiras de acordo com a Norma Internacional de Reporte Financeiro no Sector Público segundo o Método de Caixa de Contabilidade e com a Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira.

Esta responsabilidade inclui também a conceção, estabelecimento e manutenção de controlo interno relevante para a preparação e apresentação correta das Demonstrações Financeiras isentas de erros materiais devidos a fraude ou erro, bem como a seleção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas.

As Demonstrações Financeiras acompanhantes para o ano que terminou a 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas em nome do Ministério das Finanças pelo Director-Geral do Tesouro do Ministério das Finanças.

Agostinho Castro
Director-Geral do Tesouro
22 DE JULHO DE 2014

Deloitte Unipessoal Lda
328/329 Timor Plaza Building
Rua President Nicolau Lobato
Comoro, Dili
Timor-Leste

Tel: +670 331 3182
timor-leste@deloitte.com
www.deloitte.com

Relatório do Auditor Independente para o Ministro das Finanças da República Democrática de Timor-Leste sobre as Demonstrações Financeiras Anuais do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano de Timor-Leste para o ano findo em 31 de Dezembro de 2013

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano do Governo da República Democrática de Timor-Leste ("Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano"), que compreendem a Demonstração de recebimentos e pagamentos para o ano findo em 31 de Dezembro de 2013 e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, conforme expresso nas páginas 13 a 19.

Responsabilidade do Ministério das Finanças pelas Demonstrações Financeiras

O Ministério das Finanças é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras, em conformidade com a Parte 1 da norma internacional de contabilidade do sector público *Relato Financeiro Numa Base de Caixa* e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas Demonstrações Financeiras baseada na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materiais.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das Demonstrações Financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela gerência, bem como avaliar a apresentação global das Demonstrações Financeiras.

Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Responsabilidade limitada por regime aprovado no âmbito da legislação de Normas Profissionais
Membro da Deloitte Touche Tohmatsu Limited
As demonstrações financeiras foram traduzidas para Português pelo Ministério das Finanças. Não assumimos qualquer responsabilidade por erros contidos nas demonstrações financeiras traduzidas

Bases para a Opinião com Reservas

Conforme divulgado na Nota 8, o Fundo não tem implementado um processo formal que, relativamente aos pagamentos efectuados através do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), permita confirmar que o beneficiário detalhado nas ordens de emissão de cheque ou de transferência recebeu o pagamento. O nosso principal procedimento de auditoria com vista a confirmar o beneficiário dos pagamentos consistiu, para uma amostra de pagamentos por cheque ou por transferência bancária, seleccionada a partir dos registos do Fundo, em solicitar detalhes sobre quem recebeu os pagamentos de acordo com os registos do BCTL, com o intuito de os conciliar com os detalhes do beneficiário existente nas ordens de pagamento. Em resultado desta solicitação, fomos informados que as instruções de pagamento referentes a cheques ou a transferências domésticas são preparadas pelo BCTL e enviadas aos bancos comerciais locais para que estes procedam aos pagamentos. Consequentemente, não nos foi possível confirmar, através de procedimentos alternativos, que os destinatários de todos os cheques e de todas as transferências foram os beneficiários devidos.

Opinião com Reservas

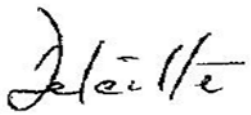
Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas no parágrafo Bases para a Opinião com Reservas, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, os saldos de numerário em 31 de Dezembro de 2013 do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano e os seus recebimentos e pagamentos do ano então findo, de acordo com a Parte 1 da norma internacional de contabilidade do sector público *Relato Financeiro Numa Base de Caixa*.

Ênfases

Sem afectar adicionalmente a nossa opinião, chamamos a atenção para o seguinte:

- Na Nota 7 é referido que durante os exercícios de 2011 e 2012 verificou-se um incumprimento significativo do Decreto-Lei do Aprovisionamento e dos Guias das Melhores Práticas. No decurso do exercício de 2013 continuaram a verificar-se situações de incumprimento com os objectivos de aprovisionamento pretendidos incluídos no Decreto-Lei e nos Guias das Melhores Práticas, particularmente no tocante à optimização dos dispêndios.

- Na Nota 7 é referido que o Ministério das Finanças recebeu documentação relacionada com transacções através das quais ministérios terão assumido compromissos em nome do Governo sem terem dado cumprimento ao procedimento de Aviso de Autorização de Despesas ("AAD") previsto na Lei do Orçamento e Gestão Financeira de 2009. AAD relacionados com tais transacções foram subsequentemente processados, tendo os correspondentes pagamentos sido registados na Demonstração de recebimentos e pagamentos para o ano findo em 31 de Dezembro de 2013.



Deloitte
Chartered Accountants
Dili, 23 de Julho de 2014

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
HUMAN CAPITAL DEVELOPMENT FUND
STATEMENT OF CASH RECEIPTS AND PAYMENTS
For the year ended 31 December 2013

	Note	2013 US$ 000	2012 US$ 000
RECEIPTS			
Capital Receipts from the Consolidated Fund of Timor-Leste	**2**	30,000	28,487
Interest and Other Income	**3**	31	2
		30,031	28,489
Payments made by CFET on behalf of the Fund	4	54	-
Payments made by Infrastructure Fund on behalf of the Fund	4	-	40
Total Receipts		30,085	28,529
PAYMENTS			
Professional Training		(7,968)	(8,564)
Technical Training		(3,098)	(710)
Scholarships		(18,674)	(16,389)
Other Types of Training		(4,749)	(7,134)
Payments Including withholding Taxes		(34,489)	(32,797)
Amount withheld from suppliers	3	323	307
Payment in Cash		(34,166)	(32,490)
Payments made to CFET	**5**	(373)	(310)
Payments made on behalf of Infrastructure Fund	**5**	-	(155)
Total Payments		(34,539)	(32,955)
Increase/(Decrease) in Cash		(4,454)	(4,426)
Cash at beginning of year		5,806	10,232
Cash at end of year	**6**	**1,351**	**5,806**

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO QUE TERMINOU A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

1. Políticas Contabilísticas

Aspectos Gerais

A Lei n.º 1/2011, de 14 de Fevereiro, estabeleceu o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (o Fundo), ao abrigo do artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro.

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano é regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 12/2011, de 23 de Março. O objectivo do Fundo é financiar programas e projectos plurianuais para a formação e desenvolvimento de recursos humanos de cidadãos timorenses, com destaque para sectores de desenvolvimento essenciais como a justiça, a saúde, as infra-estruturas, a agricultura, o turismo, a administração do petróleo e a gestão financeira. São conduzidas actividades em Timor-Leste e no estrangeiro, incluindo bolsas de estudo para licenciaturas e pós-graduações universitárias.

O Fundo controla a sua própria conta bancária. As dotações e outras receitas em dinheiro, bem como as despesas, são operadas através desta conta bancária.

Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

O artigo 32.º da Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira estabelece que, sempre que autorizado por lei, podem ser estabelecidos fundos especiais fora do Fundo Consolidado. As receitas, rendimentos e lucros destes fundos não são transferidos para o Fundo Consolidado no final do ano, sendo ao invés retidos pelos fundos de modo a que estes possam cumprir a sua finalidade. O Ministério das Finanças é responsável por gerir e controlar os fundos de acordo com a legislação.

O número 4 do artigo 42.º da Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira estabelece que o Ministério das Finanças deverá entregar ao Parlamento Nacional um conjunto de Demonstrações Financeiras compiladas pelo Tesouro. Deste modo as Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo a Norma Internacional de Reporte Financeiro no Sector Público segundo o Método de Caixa de Contabilidade ("Método de Caixa das NICSP"), em conformidade com a Parte 1 dessas Normas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente durante o período.

Entidade de Reporte

A entidade de reporte para estas demonstrações financeiras é o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.

Denominação de Reporte

Todos os montantes são apresentados em dólares americanos (USD).

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO QUE TERMINOU A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Data de Autorização

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação a 15 de Julho de 2014 por Agostinho Castro, Director-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, República Democrática de Timor-Leste.

Dinheiro

O dinheiro engloba depósitos à ordem e equivalentes a dinheiro mantidos em bancos. O artigo 15.º da Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira estabelece os requisitos para a operação de contas bancárias oficiais.

Receitas

A Demonstração de Receitas e Pagamentos em Dinheiro regista como receitas:

- Montantes depositados nas contas bancárias oficiais do Fundo
- Pagamentos efectuados pelo Fundo em nome do FCTL e do Fundo das Infra-estruturas

Pagamentos

A Demonstração de Receitas e Pagamentos em Dinheiro regista os pagamentos efectuados através das contas bancárias oficiais do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano e pagamentos efectuados pelo FCTL e pelo Fundo das Infra-estruturas em nome do Fundo. Estes pagamentos incluem:

Formação e Bolsas de Estudo

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano apoia projectos e programas de formação de recursos humanos através de actividades em Timor-Leste e da provisão de bolsas de estudo para cidadãos timorenses a nível de licenciaturas e pós-graduações universitárias em Timor-Leste e no estrangeiro.

Os pagamentos são alocados segundo as quatro categorias de despesa – Formação Profissional, Formação Técnica, Bolsas de Estudo e Outros Tipos de Formação, com base na aprovação destas categorias nas dotações orçamentais. Posteriormente à análise do reporte financeiro no final do ano, algumas destas despesas foram realocadas para categorias de despesa mais apropriadas, a fim de melhor reflectir o tipo de despesas.

Fundo Consolidado de Timor-Leste

Pagamentos ao Fundo Consolidado de Timor-Leste relativamente a vários itens, incluindo pagamento de imposto de retenção retido a partir de fornecedores.

2. Receitas a partir do Fundo Consolidado de Timor-Leste

O Orçamento para o Ano Financeiro de 2013 foi aprovado a 18 de Fevereiro de 2013 e promulgado a 28 de Fevereiro de 2013, segundo a Lei n.º 2/2013, de 1 de Março. A dotação original foi de 33,9 milhões de dólares.

Durante o ano foram transferidas dotações aprovadas para as contas bancárias do Fundo a partir do Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL), conforme as necessidades. Quaisquer saldos nas contas bancárias no final do ano financeiro são transportados para ser utilizados pelo Fundo em anos seguintes.

3. Montantes retidos a partir de pagamentos a fornecedores

Os *pagamentos* incluem receitas de imposto de retenção retidas a partir de pagamentos a fornecedores. Estes montantes são transferidos para o Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL) para creditar a Direcção Nacional dos Impostos Domésticos.

Os *montantes retidos a partir de pagamentos a fornecedores* representam todos os impostos de retenção deduzidos a partir de pagamentos durante o ano.

Os *pagamentos* representam o valor líquido das facturas, menos os *montantes retidos a partir de pagamentos a fornecedores.*

4. Pagamentos efectuados pelo Fundo das Infra-estruturas e pelo Fundo Consolidado de Timor-Leste em nome do Fundo

Durante o ano financeiro o Fundo das Infra-estruturas não fez quaisquer pagamentos em nome do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.

Durante o ano o FCTL pagou 54.000 dólares em nome do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.

Estas transacções ocorrem durante o ano dado que foram feitos pagamentos através da conta de um fundo em nome de outro fundo, por razões operacionais ou de outro tipo.

5. Pagamentos efectuados em nome do Fundo das Infra-estruturas

Não foram efectuados quaisquer pagamentos em nome do Fundo das Infra-estruturas.

Durante o ano foram efectuados pagamentos de 5.000 dólares em nome do FCTL e cobrados em nome do Governo e transferidos para o FCTL 368.000 dólares de imposto de retenção.

Todas as transacções efectuadas por e em nome de outros fundos foram liquidadas através das contas de Liquidação entre Instituições nos livros dos respectivos fundos.

6. Dinheiro

(Valores em milhares de dólares)

Saldo de Dinheiro em:		
	31 Dezembro 2013	**31 Dezembro 2012**
Saldo de Dinheiro no Banco Central de Timor-Leste	1.256	5.775
Avanços de Dinheiro e Receitas em períodos posteriores	95	31
Total	1.351	5.806

7. Incumprimento Processual a nível de Processos de Aprovisionamento e Pagamento

Compromissos que não cumprem o Procedimento de Avisos de Autorização de Despesa (AAD)

O Ministério das Finanças recebeu documentação relativa a transacções em que Ministérios obrigaram o Governo sem respeitar o Procedimento de Avisos de Autorização de Despesa (AAD) estabelecido na Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira. Os AADs relativos a estas transacções foram processados e as transacções relevantes foram registadas na Demonstração Consolidada de Receitas e Pagamentos para o ano que terminou a 31 de Dezembro de 2013.

Transacções que não cumprem Procedimentos de Aprovisionamento

O aprovisionamento foi descentralizado durante o ano financeiro de 2010, de acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 18 de Fevereiro. Para lá deste Decreto-Lei, o Ministério das Finanças emitiu Guias de Melhores Práticas de Aprovisionamento para serem seguidos pelos Ministérios antes do envio de documentação para pagamentos ao Ministério das Finanças. O Decreto-Lei 1/2010, de 18 de Fevereiro e os Guias de Melhores Práticas foram concebidos para constituir um quadro sobre melhores práticas de aprovisionamento em Ministérios. Um exame independente aos processos de aprovisionamento efectuado pela Deloitte em 13 Ministérios e outras instituições públicas durante os anos de 2011 e 2012 constatou que havia um incumprimento considerável em relação ao quadro de práticas de aprovisionamento.

Posteriormente à emissão dos relatórios, o Governo introduziu novos procedimentos de controlo, juntamente com o módulo de Contratos / Aprovisionamento do Sistema Informático de Gestão Financeira. A Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) melhorou os procedimentos de controlo e reforçou a sua capacidade no que diz respeito à monitorização de projectos.

Não obstante isto, continua a haver incerteza sobre se os objectivos de aprovisionamento pretendidos foram cumpridos durante o ano financeiro, em especial no que se refere à eficácia em termos de custo.

8. Pagamentos Efectuados ao Sacador:

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) presta serviços de pagamentos ao fundo. A maior parte dos pagamentos ao fundo são feitos através de cheques e de Ordens de Pagamentos do Tesouro (OPTs), não por meio de instruções electrónicas. O BCTL não fornece quaisquer informações ao fundo relativamente a quem são os beneficiários finais dos cheques ou das OPTs. O fundo considera assim impraticável implementar um processo formal para confirmar se o sacador detalhado no cheque ou na OPT recebeu o pagamento em questão. Deste modo, o fundo está dependente de *feedback* dos destinatários pretendidos para identificar situações em que os sacadores não recebam os seus pagamentos.

9. **Orçamento Original e Final e Comparação entre Montantes Orçamentados e Concretos**

As demonstrações financeiras são preparadas segundo o Método de Caixa para o ano que terminou a 31 de Dezembro de 2013.

O Orçamento Geral do Estado foi promulgado a 28 de Fevereiro de 2013 e publicado através da Lei n.º 2/2013, de 1 de Março. O Orçamento e as despesas cobradas a partir do referido Orçamento são documentados na demonstração suplementar que acompanha as presentes demonstrações financeiras.

A percentagem de despesas governamentais em relação às dotações aprovadas pelo Parlamento Nacional no ano financeiro de 2013 ultrapassou os 81%.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O ANO QUE TERMINOU A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

A tabela seguinte mostra os ajustes entre a Demonstração de Receitas e Pagamentos em Dinheiro para o ano que terminou a 31 de Dezembro de 2013, em conformidade com a política contabilística do Fundo:

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO
DEMONSTRAÇÃO BREVE DAS RECEITAS E PAGAMENTOS EM DINHEIRO CONTRA AS DOTAÇÕES NO AF DE 2013

	Dotações Orçamentais transportadas a partir de 2012	**Orçamento Original**	**Dotações Finais**	**Pagamentos de Bens e Serviços em 2013**	**Percentagem**
	(A)	B	C=A+B	D	E=D/C
	Milhares USD	**Milhares USD**	**Milhares USD**	**Milhares USD**	**%**
RECEITAS					
Receitas de Captial a partir do CFET	8,549	33,899	42,448	30,000	
	8,549	**33,899**	**42,448**	**30,000**	
PAGAMENTOS					
Formação Profissional	593	4,250	4,843	7,968	165%
Formação Técnica	-	3,100	3,100	3,098	100%
Bolsas de Estudo	6398	16,862	23,260	18,674	80%
Outros Tipos de Formação	1558	9,687	11,245	4,749	42%
Pagamentos incluindo Imp. de Retenção	**8,549**	**33,899**	**42,448**	**34,489**	**81%**

DEMONSTRAÇÕES SUPLEMENTARES NÃO AUDITADAS

Índice

Demonstração Detalhada de Despesas por Projecto 21

INCLUIR REALOCAÇÃO DE DESPESAS DEVIDO A RESTRIÇÕES ORÇAMENTAIS

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CAPITAL HUMANO
DECLARAÇÃO DETALHADA DAS DESPESAS POR PROJETO

(em milhares de dólares)

Código	Programa	Sub Programa	Dono do Projecto	Nome do Projecto	Tipo do Projecto	Saldo 2012(A)	Orçamento Original(B)	Orçamento Final(C)	Orçamento revisto após auditoria	Despesas em Dinheiro(D)	% D/C
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Formação de mão-de-obra exterior	SEFOPE	1,344	1,700	2,293	3,044	1,638	71%
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Contra partida ho Brasil	SEFOPE	950	100	100	1,050	23	23%
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Apoio ao Centro de Formação	SEFOPE	(270)	250	250	(20)	1,037	415%
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Centro Tibar	SEFOPE	511	250	250	761	11	4%
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Formação de formadores	SEFOPE	(2,462)	250	250	(2,212)	230	92%
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Formação em construção civil	SEFOPE	500	200	200	700	-	-
810	Formação profissional	Formação profissional MF	MoF	Formação básica em línguas e competências matemática	MoF	(395)	-	-	(395)	85	-
810	Formação profissional	Formação profissional MJ	MJ	Formação profissional para criminalistas, agentes de cadastro, auditores, magistrados, notários, advogados privados, tradutores e inspectores	MJ	1,750	1,500	1,500	3,250	3,120	208%
		Sub Total				**1,928**	**4,250**	**4,843**	**6,178**	**6,143**	**127%**
811	Formação Técnica	Formação Técnica	ME	Formação Técnica relativa ao Ensino Superior e Politécnico em Suai e Lospalos	ME	2,686	-	-	2,686	-	-
811	Formação Técnica	Formação Técnica	MAEOT/INAP	Formação em Administração Pública	MAEOT/INAP	(160)	600	600	440	458	76%
811	Formação Técnica	Formação Técnica	ME	Formação Legal em Timor-Leste	ME	879	-	-	879	-	-
811	Formação Técnica	Formação de Professores Inicial e Continua		Formação de Professores Inicial e Continua		-	2,500	2,500	2,500	923	37%
		Sub Total				**3,406**	**3,100**	**3,100**	**6,506**	**1,381**	**45%**
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo SERN	SERN	Formação no Sector Petrolífero	SERN	(157)	3,100	3,100	2,943	2,324	75%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Ministério das Financas	MoF	Finanças Públicas e Formação Informática	MoF	1,934	4,260	4,260	6,193	838	20%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo	ME	5,538	1,512	7,910	7,050	1,378	17%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo em Portugal	ME	(3,463)	3,342	3,342	(121)	3,532	106%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo na Indonésia	ME	(1,189)	97	97	(1,092)	1,366	1408%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo na Austrália	ME	(1,415)	1,913	1,913	498	575	30%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo na Índia	ME	(90)	1,210	1,210	1,120	57	5%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Projecto de Subsidio aos Estudantes Finalistas na Indonésia	ME	(179)	200	200	21	39	19%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Projecto de Subsídio aos Estudantes Finalistas em Timor-Leste	ME	(2,397)	230	230	(2,167)	2,431	1057%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Projecto de Co-financiamento de Bolsas de Estudo para vários países (China, Macau e CDU)	ME	(1,209)	178	178	(1,031)	509	286%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo Estratégicas para vários países (Tailândia, Escócia, Inglaterra, Austrália e Indonésia)	ME	(760)	-	-	(760)	2,244	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Acompanhamento e Monitorização dos bolseiros e Prospecção de Novas Universidades	ME	(252)	180	180	(72)	252	140%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Novas bolsas de estudo de língua portuguesa	ME	(10)	-	-	(10)	586	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Novas bolsas de estudo de língua portuguesa	ME	(13)	-	-	(13)	-	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Educação	ME	Processo de selecção (Exames de português e ingles, entrevistas)	ME	(1)	-	-	(1)	-	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo MAEOT/INAP	MAEOT/INAP	Docentes do INAP	MAEOT/INAP	283	640	640	923	630	98%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo MAEOT/INAP	MAEOT/INAP	Funcionários Públicos	MAEOT/INAP	420	-	-	420	950	-
		Sub Total				**(2,962)**	**16,862**	**23,260**	**13,900**	**17,710**	**76%**
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação de Jovens	SEJD	Formação de Jovens	SEJD	(71)	100	100	29	378	378%
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação FFDTL	FFDTL	Formação de Oficiais das F-FDTL	FFDTL	564	300	1,858	864	292	16%
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação PNTL	PNTL	Formação de Agentes da PNTL	PNTL	(232)	300	300	68	262	87%

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CAPITAL HUMANO
DECLARAÇÃO DETALHADA DAS DESPESAS POR PROJETO

(em milhares de dólares)

Código	Programa	Sub Programa	Dono do Projecto	Nome do Projecto	Tipo do Projecto	Saldo 2012(A)	Orçamento Original(B)	Orçamento Final(C)	Orçamento revisto após auditoria	Despesas em Dinheiro(D)	% D/C
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação MF	MoF	Formação inicial	MoF	(359)	-	-	(359)	-	-
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação Saude	MS	Formação em Saúde e Medicina	MS	3,335	4,372	4,372	7,708	2,692	62%
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação ME	ME	Formação Profissional de Professores do Ensino Superior e Politécnico	ME	(270)	-	-	(270)	2,271	-
813	Outros Tipos de Formação	Otros Tipos de Formação	Todos Ministérios	Outros Tipos de Formação	ALL MINISTRY	(140)	-	-	(140)	417	-
813	Outros Tipos de Formação	Bolsa aos Funcionários Públicos, Servidores do Estado e Lideres		Bolsa aos Funcionários Públicos, Servidores do Estado e Lideres Comunitários nas areas da Administração Pública e Gestão Governação		444	1,000	1,000	1,444	620	62%
813	Outros Tipos de Formação	Capacitação e Treinamento		Capacitação e Treinamento		254	-	-	254	47	-
813	Outros Tipos de Formação	Capacitação/Formação Recursos Humanos (PNTL)		Capacitação/Formação Recursos Humanos (PNTL)		327	-	-	327	32	-
813	Outros Tipos de Formação	Capacitação/Formação Recursos Humanos (PNTL)		Capacitação/Formação Recursos Humanos (PNTL)		98	100	100	198	23	23%
813	Outros Tipos de Formação	Formação em Auditoria aos Funcionários da Inspecção Geral		Formação em Auditoria aos Funcionários da Inspecção Geral e dos Ministérios		584	1,024	1,024	1,609	334	33%
813	Outros Tipos de Formação	Bolsas de Estudo e Formação dos Funcionários do SEPI		Bolsas de Estudo e Formação dos Funcionarios do SEPI		51	-	-	51	50	-
813	Outros Tipos de Formação	Capacitação/Formação de Recurcos Humanos (PGR)		Capacitação/Formação de Recurcos Humanos (PGR)		(15)	-	-	(15)	-	-
813	Outros Tipos de Formação	Monitoria, acompanhamento, economato e outros		Monitoria, acompanhamento, economato e outros		(95)	350	350	255	225	64%
813	Outros Tipos de Formação	Formação Professores e Alunos da UNTL		Formação Professores e Alunos da UNTL		-	2,040	2,040	2,040	1,314	64%
813	Outros Tipos de Formação	Capacitação / Formação Recursos Humanos (SES)		Capacitação / Formação Recursos Humanos (SES)		-	100	100	100	297	297%
		Sub Total				**4,476**	**9,687**	**11,245**	**14,163**	**9,255**	**82%**
815	Fundo não afectado	Fundo não afectado (FI)	WoG/MoF	Fundo não afectado (FI)	WoG/MoF	(1,588)	-	-	(1,588)	-	-
		Sub Total				**(1,588)**	**-**	**-**	**(1,588)**	**-**	**-**
Grand Total						**5,260**	**33,899**	**42,448**	**39,159**	**34,489**	**81%**

Note: A alocação de despesas indicada no SIGF do FreeBalance e reflectida nas demonstrações suplementares não auditadas assenta nas categorias de dotação e nos itens de linhas operacionais por programas, conforme aprovado e fixado pelo Parlamento.
No curso da auditoria o auditor independente identificou determinadas despesas que seriam atribuíveis de forma mais correcta a outras categorias de dotação. Estas despesas foram agora reflectidas nas demonstrações financeiras auditadas sob a Demonstração de Receitas e Pagamentos em Dinheiro.
Uma vez que estes ajustes não podem ser reflectidos no SIGF do FreeBalance pela razão acima indicada, apresenta-se de seguida um resumo das realocações:

Categorias de Dotação	Despesas Originais nas Demonstrações Financeiras Suplementares 2013 (Milhares de USD)	Realocação (Milhares de USD)	Despesas nas Demonstrações Financeiras Auditadas 2013 (Milhares de USD)
Formação Profissional	6.143	1.825	7.968
Formação Técnica	1.381	1.717	3.098
Bolsas de Estudo	17.710	964	18.674
Outros Tipos de Formação	9.255	(4.506)	4.749
Total	**34.489**	**-**	**34.489**

Publicado pelo Ministério das Finanças, República Democrática de Timor-Leste

Edificio 5 Palacio do Governo, Avenida Presidente Nicolau Lobato, Dili, Timor-Leste
www.mof.gov.tl